

Escolas forcem limites – nós não forçamos junto (Schule zieht Grenzen – Wir ziehen nicht mit!)

Sentamos em uma mesa ricamente arrumada e nos perguntamos: **qual o papel que os documentos de identidade desempenham em nossas vidas na Alemanha?** Nós efetuamos pesquisas e estamos envolvidos com o *Jugendliche ohne Grenzen*, a *IniRromnja*, o *International Women Space* e *Verwobene Geschichten*.

Nós tínhamos muito o que contar. Outros, certamente também podem contribuir com muitas histórias: que papel os documentos desempenham na participação social? Como isso costumava ser antes? **Por que é difícil ou impossível para algumas pessoas ter acesso à educação**, trabalho, moradia, liberdade de movimento e participação política? Como costumava ser?

Que assunto! Nós nos decidimos, a nos envolver na escola. Afinal, todos nós acabamos tendo que lidar com isso em algum momento: **alguns não puderam visitar a escola por um tempo; alguns só foram autorizados a frequentar uma determinada escola; outros foram ensinados em salas de aula separadas**. Compartilhamos nossas experiências de racismo na escola: o que vivenciamos lá? Quais **tópicos** foram tratados e quais não foram? De que forma se foi discutido? Quais **conhecimentos** foram ensinados e quais não? Qual foi a **relação** entre alunos e professores? Os professores cuidaram de todas as crianças? Como os professores lideram com o fato de termos **documentos de identidade** diferentes (ou até mesmo nenhum)? Como os professores lideram com o fato de que também falávamos **línguas** diferentes? Como os professores lideram com o fato de que praticamos diferentes **religiões** - ou nenhuma? Qual o papel da escola em reconhecer que trazemos **conhecimento** de outras partes do mundo? Quando e como os professores repentinamente discutiram nossa **aparência**, nosso cabelo, cor da pele, forma e cor dos olhos e até mesmo os nossos narizes? Quando a vestimenta de nossos **vêus** se tornou assunto no sistema escolar e na sala de aula? A partir de quando os professores começaram a nos abordar individualmente, mas usando as denominações ›**vocês**‹ ou nos questionou como ›**nós**‹ fazemos algo? Quando paramos e quando não paramos de falar? Como nos defendemos das injustiças?

Tantas perguntas! Para a exposição, nós nos concentramos no primeiro passo: **o acesso à escola para crianças, jovens e professores, que são vistos como não pertencentes**. Perguntamos: quais são as consequências de sermos tratados como se não fizessemos parte disso? Por que somos impedidos de ir à escola? **Como estudantes, pais, professores e comunidades inteiras lidam com o fato de sermos tratados injustamente?**

Agradecemos à *Alice-Salomon-Hochschule* e a *Hochschule für Technik und Wirtschaft*, juntamente com o *RomaniPhen Archiv*, o *Museu Judaico* e o *FHXB-Museum* no *Institute for Applied Research* por estar financiando o projeto de pesquisa prática *Passkontrolle! Leben ohne Papiere in Geschichte und Gegenwart*. Juntamente com o *Jugendliche ohne Grenzen*, a *IniRromnja*, o *International Women Space* e a *Verwobene Geschichte*, pudemos realizar as nossas pesquisas e tornar nossos resultados acessíveis ao público em uma exposição.

Não frustrar a ordem (Nicht die Ordnung vereiteln)

O sistema escolar nas colônias alemãs separa os alunos por cor da pele e gênero. Ensinado é aquilo que beneficia a administração colonial e os colonos *brancos*. Isso encontra resistência.

Imagem 1: Escola de Missão para Crianças Negras em Sudoeste da África Alemã, atual Namíbia, o.J. © Bildarchiv der Deutschen Kolonialgesellschaft, Universitätsbibliothek Frankfurt am Main

Imagem 2: O antigo estudante missionário e combatente da liberdade Hendrik Witbooi é homenageado no *Parliament Gardens Windhoek*, na Namíbia, fotografia tirada em 2016. © Pemba.mpimaji

Imagem 3: O ex-missionário e lutador pela liberdade Samuel Maharero é homenageado em Okahandja, na Namíbia, gravação de 2006. © bries

Nas chamadas ›colônias alemãs‹ no continente africano (1884-1918), a vida da população negra é caracterizada pela discriminação racial e opressão pelo sistema colonial. O sistema social, línguas, culturas e os conhecimentos das respectivas populações africanas estão sendo suplantados e substituídos por aqueles que servem ao domínio colonial, aos colonizadores e às empresas comerciais. Essa transformação ocorre através da violência direta, fraudes e outras estratégias e é justificado pelo argumento racista de que as populações africanas devem sofrer um processo de civilização, proselitização e educação.

As escolas missionárias desempenham um papel significativo na implementação do projeto colonial. Há escolas separadas para crianças brancas e crianças negras, assim como aulas para meninos* e para meninas*. Além de conhecimentos básicos em aritmética, leitura e escrita, os meninos* são treinados para mão de obra e agricultura e as meninas* em tarefas domésticas, para que possam trabalhar nas fazendas dos colonizadores. → Não veja o europeu como modelo

Não é de interesse de famílias, crianças e adultos negros frequentar as escolas missionárias, pois tais escolas impedem que as crianças prossigam suas atividades próprias. Nas escolas dos *brancos*, além de não lhes ser ensinado o que realmente os interessa e o que necessitam saber, a forma de ensino também não condiz com a forma que a cultura local costuma transferir conhecimento. Além disso, ao visitar as escolas missionárias, as crianças são privadas da integração na sua própria comunidade. Em resposta à isso, pais e crianças da comunidade lideram um movimento de resistência à violência usada para impor o aumento da escolaridade obrigatória em algumas ›colônias‹.

Poucas crianças e adolescentes negros, em sua maioria meninos* de famílias influentes, têm a oportunidade de frequentar uma escola secundária.

Lá eles são preparados para trabalhar como mediadores entre a população africana e a administração colonial alemã. Alguns vão para a escola na Alemanha ou completam alguma forma de ensino lá.

Alguns graduados de escolas missionárias superiores usam seus conhecimentos adquiridos no sistema colonial e sua ordem racista para criar formas de resistência. Dois ex-estudantes de escolas

missionárias, Samuel Maharero, líder político da Ova Herero, e Hendrik Witbooi, líder político e religioso da Nama, lideram a luta de resistência armada no ›sudeste alemão‹, atual Namíbia.

Meninos* e meninas* de Bonamanga também visitam escolas alemãs nos Camarões e no Império Alemão para mais tarde, como adultos, usarem seus conhecimentos para lutar contra a opressão e exploração colonial. → Rudolph Douala Manga Bell

Quem é perigo para quem?!

(Wer ist für wen eine Gefahr?!)

Alunos judeus e negros, assim como crianças da minoria dos Sinti e Roma estão cada vez mais excluídos da educação compulsória ›geral‹ do Nacional Socialismo.

Imagem 1: A foto de 1905 mostra crianças de Berlim a caminho da escola. O nacional-socialismo está reduzindo cada vez mais essa composição do corpo discente. © Gemeinfrei

Imagem 2: Escola primária da comunidade judaica Rykestraße 53, Berlin-Prenzlauer Berg, por ocasião de um festival de esportes, 1938 © Landesarchiv Berlin

Imagem 3: Campo de Trabalhos Forçados Berlin-Marzahn com alojamento escolar, 1936. © Landesarchiv Berlin

No nacional-socialismo, a escolaridade obrigatória ›geral‹ aplica-se apenas a crianças e jovens de nacionalidade alemã. Como a cidadania pode ser negada ou não concedida a todos por razões raciais ou políticas, a educação obrigatória não é aplicável aos filhos dessas famílias.

Em 1936, Sinti e Roma Berlinenses são deportados para o campo de trabalho forçado em Marzahn. Os alunos são ›ensinados‹ em um quartel até que o professor é recrutado, depois eles não podem mais ir à escola. Crianças e adolescentes a partir dos 12 anos realizam trabalhos forçados. Os funcionários do ›Centro de Pesquisa de Higiene Racial‹ realizam ›investigações‹ pseudo-científicas e compilam os chamados ›relatórios de raça‹. Estes contribuem decisivamente para a decisão sobre quais das pessoas detidas no campo serão deportadas. → Otto Rosenberg

No começo, crianças judias ainda eram autorizadas a frequentar a escola primária. Uma lei limita a proporção de alunos e estudantes judaicos do ensino médio, de modo que eles sejam cada vez mais forçados à estudarem apenas em escolas particulares judaicas. Depois da Reichspogromnacht, em 1938, crianças e jovens judeus foram totalmente proibidos de frequentar escolas públicas. → Anna Boros

Em 1941, os Nacional-Socialistas decretaram que as crianças e adolescentes da minoria dos Sinti e Roma, bem como os alunos negros, deveriam ser expulsos se representassem um perigo para os ›colegas de classe de sangue alemão‹. As crianças berlinenses da minoria dos Sinti e Roma não se preocupavam mais com isso: neste momento, já estavam há muito tempo internadas no campo de trabalhos forçados de Marzahn. Em 1942, todo o sistema de educação judaico foi dissolvido pelos nacional-socialistas.

»Ontem integração – Hoje deportação«

((»Gestern Integration – heute Abschiebung«))

Nos anos 1970 e 1980, vários regulamentos foram promulgados, o que levou à educação separada e ao tratamento desigual de muitas crianças e adolescentes com uma cidadania não alemã. Crítica e resistência não faltam.

Imagens 1 e 2: Demonstração no Kottbusser Damm pela igualdade de direitos na escola e oportunidades iguais de treinamento, 1975. © Jürgen Henschel

Imagens 3 e 4: Manifestação contra um decreto que visa dificultar a reunificação familiar e facilitar a deportação de jovens, 1981. © Jürgen Henschel

O tratamento escolar diferenciado e desigual inicialmente afetou principalmente os filhos de trabalhadores migrantes. Eles só poderiam participar de uma sala de aula, se a sua parte na classe fosse menor que 20% e, a partir de 1982, menor que 30%. Caso contrário, eles eram ensinados nas chamadas »salas para estrangeiros«. Os alunos sem conhecimentos de alemão frequentavam aulas preparatórias e deveriam mudar para uma turma regular após, no máximo, dois anos. De fato, muitos ficaram muito mais tempo nessas classes. → Figen Izgin

Alunos maiores de 14 anos que entram no país e que, na opinião do escritório distrital competente, não conseguirão concluir o Hauptschulabschluss dentro de dois anos, devem frequentar cursos de reabilitação e não recebem um diploma escolar. Para crianças e adolescentes que ainda estão em processo de asilo, começa a valer uma lei escolar a partir de 1984. A frequência escolar só é possível a pedido do responsável legal. Como os pais não estão suficientemente informados, milhares de crianças não recebem educação por anos.

Os filhos de trabalhadores migrantes, bem como crianças e adolescentes que ainda estão no procedimento de asilo, são também mais frequentemente encaminhados para escolas primárias e especiais ou abandonam a escola sem um diploma.

Pais, alunos e organizações formadas por imigrantes tentam neutralizar as barreiras racistas à educação demonstrando, reclamando e protestando. Eles criticam as oportunidades educacionais e profissionais precárias, exigem o desenvolvimento de ensino e conteúdo multilíngue no currículo, que refletem as diversas referências culturais e históricas dos alunos. Ao mesmo tempo, eles se opõem à insegurança do direito de asilo de muitas crianças e adolescentes e contra deportações.

O fato de que um caminho diferente é possível com a necessidade de vontade política pode ser visto a partir dos regulamentos aprovados em 1984 »para crianças e jovens de imigrantes alemães«. Depois disso, as crianças e os adolescentes não só têm uma residência segura quando se mudam para a Alemanha, mas geralmente são aceitos em classes regulares. Se eles não falam alemão, eles recebem aulas adicionais ou são ensinados no máximo um ano em salas de educação especial.

Direitos iguais para todos?! (Gleiche Rechte für Alle?!)

Repetidamente, a escola separada é abolida - e reintroduzida em protestos. Crianças e adolescentes ›em espera‹ e ilegalizados continuam lutando por seus direitos.

Imagem 1: *Alle bleiben!* demonstra em 2011, em Wiesbaden, por ocasião da Conferência dos Ministros do Interior. © Alle bleiben!

Imagem 2: *Jugendliche ohne Grenzen* demonstra em 2014 em Bonn, por ocasião da Conferência dos Ministros do Interior. © Jugendliche ohne Grenzen

Imagem 3: Folheto de protesto da IniRromnja para a adoção do Plano de Ação de Berlim para o Envolvimento de Roma Estrangeira, que, entre outras coisas, justifica a introdução de ›salas de aula de boas-vindas‹. © Nihad Nino Pušija

Para crianças e adolescentes que estão ›em espera‹ ou no processo de asilo, vale em Berlim a escolarização compulsória desde o início dos anos 90. Mas iniciativas como *Jugendliche ohne Grenzen*

e *Alle bleiben!* Visam que mesmo através de campanhas, ações e demonstrações, há muitos obstáculos para acessar educação e que existe uma grande insegurança devido ao status de residência incerto. Crianças e adolescentes ilegalizados, ou seja, aqueles sem autorização de residência, continuam a ter apenas o direito de frequentar a escola. Mas mesmo isso é difícil de implementar na prática.

Após décadas de protestos de pais, alunos e imigrantes que se auto-organizam, em 1995 o ›regime de cotas‹ e as ›salas de aula de estrangeiros‹ foram abolidos e a melhoria dos repatriados alemães étnicos foi suspensa.

Os ›cursos de integração‹ foram descontinuados no início do ano letivo de 1999/2000. Uma escolarização em escolas diferenciadas baseadas na cidadania não é mais permitida, a não ser devido à falta de conhecimentos de alemão. Somente em 2007, crianças sem conhecimentos de alemão foram matriculadas em salas regulares e recebem aulas de alemão suplementares ao mesmo tempo.

Desde o ano letivo de 1997/98, a criança com ›língua de origem não alemã‹ (›ndH‹) é documentada na entrada da escola. Não há regras claras sobre quem está encarregado disso e a classificação não diz nada sobre uma real necessidade de apoio em alemão. Muitos pais evitam escolas com alto nível de crianças com ›língua de origem não alemã‹. Alguns tentam persuadir os líderes das escolas a minimizar a proporção destas crianças na classe de seus próprios filhos. Há também conselhos

escolares que estabelecem turmas separadas desde o início. Isso é ilegal e será revertido nos casos relatados.

Com a introdução das chamadas ›salas de aula de boas-vindas‹ no ano letivo de 2011/12, a separação de crianças de ›língua nativa não alemã‹ está sendo implementada novamente de um forma legalmente autorizada. A priori, isto afeta a comunidade Roma sem cidadania alemã, o que provoca oposição e protesto de grupos como a Aliança Romana. Nos anos seguintes, cada vez mais crianças sem conhecimentos da língua alemã frequentam ›salas de aula de boas-vindas‹, principalmente crianças e adolescentes refugiados e de países do sudeste europeu. As aulas não se baseiam em conceitos ou materiais adequados, apenas recomendações não vinculativas educacionais, de modo que os professores decidam, a seu próprio critério, sobre o assunto e a transferência dos alunos para uma sala regular. As aulas são frequentemente realizadas em salas ou edifícios separados.

→ Interview Sabina Salimovska → Interview Tuğba Tanyılmaz → Interview Saraya Gomis

E como foi durante a RDA? (Und wie war es in der DDR?)

O governo da RDA efetua a cooperação educacional com partidos e governos estrangeiros afim de educar os alunos com uma perspectiva socialista em internatos na RDA.

Imagem 1: Recurso da bandeira no *Käthe-Kollwitz-Heim* em Moritzburg. © SLUB/Deutsche Fotothek, Erich Pohl

Imagem 2: Andreas Shiyoo (linha do meio, 3º da esquerda) foi uma das 400 crianças namibianas que cresceram na RDA. © Andreas Shiyoo

Como um estado com um entendimento básico antifascista, a RDA se opõe ao nacional-socialismo e ao colonialismo. O sistema educacional é inicialmente concebido como antifascista-democrático e depois como socialista. A cooperação educacional com partidos e governos estrangeiros, emergindo de movimentos de libertação anticolonialistas e optando por um caminho de desenvolvimento não capitalista, é projetada para ajudar a reconstruir seu país. Para os alunos, desenvolvem-se currículos próprios e são construídos internatos.

Depois que o Norte do Vietnã se libertou do regime colonial francês, concluiu um acordo com a RDA em 1955: 350 filhos de ex-militantes anticolonialistas vivem e aprendem no *Käthe-Kollwitz-Heim*, em Moritzburg. Até hoje eles se chamam ›Moritzburger‹.

A República Popular de Moçambique também firma um contrato com a RDA. De várias ofertas internacionais de cooperação educacional, Moçambique escolhe a RDA. Em 1982, 899 crianças moçambicanas viajam para a RDA e visitam a *Schule der Freundschaft* em Staßfurt. A escola especialmente construída com um internato anexo se torna casa destas crianças até 1988 durante os dias de semana. Os estudantes passam fins de semana e feriados com famílias anfitriãs dentro e fora da cidade. Mas o objetivo de preparar as crianças para a construção socialista de Moçambique não teve muito sucesso: depois de uma mudança na liderança política do país, Moçambique não reconhece os diplomas obtidos na RDA.

Jovens da Namíbia também vivem temporariamente na *Schule der Freundschaft* e frequentam a Escola Politécnica *Willy Wallstab* em Löderburg em suas classes separadas. Assim como para os estudantes moçambicanos, o programa e os materiais de ensino serão adaptados às suas origens linguísticas, culturais e patrimoniais. →»Crianças da RDA« da Namíbia

A escolaridade separada na RDA baseia-se nos respectivos acordos entre as partes contratantes. Todos os outros estudantes que vivem permanentemente na RDA frequentam aulas regulares no sistema escolar unificado. No entanto, a igualdade estrutural de todos os alunos e a cooperação educacional solidária não significam que o currículo, a comunicação e a vida cotidiana sejam livres de racismo. Na sua auto-representação como um estado que não lida com o envolvimento alemão no colonialismo e no nazismo, seja em classe ou em outro lugar, tem consequências - e não apenas para alunos e professores of color.

Anna Boros

"Minha formação universitária foi proibida por coerção."

Imagem 1: Anna com a mãe Julie e seu marido Georg em sua sala de estar em Berlim, em 1936. © Yad Vashem, The Righteous Among Nations Department

Imagem 2: Quase dez anos após o fim do nacional-socialismo, Anna Gutman (n), b. Boros, ainda luta por indenização, por causa das restrições que lhe causaram uma »perda no avanço profissional«, 1954. ©LABO, BEG-Akte Reg.-Nr. 025535

Imagem 3: Após a sua morte, Dr. Mohamed Helmy é homenageado como "Justiceiro do Povo" por, entre outros motivos, também ter salvado a vida de Anna. A imagem mostra Helmys, o sobrinho de dr. Nasser Kotby (Egito) e a filha de Anna, Carla Greenspan (EUA), durante a cerimônia em *Yad Vashem*, Jerusalém Ocidental, 2013. © Yad Vashem, The Righteous Among Nations Department

Anna Boros nasce em 1925 na Romênia. Quando seus pais se separam, ela se muda com a mãe para a casa da avó em Berlim. Com a ascensão do poder dos Nacional-Socialistas em 1933, a vida da família muda: Anna, seu tio Martin e sua avó Cecilie Rudnik são privados de suas cidadanias. Julie, mãe de Anna, é inicialmente protegida por seu casamento com Georg Wehr, um alemão *branco* que se converteu do cristianismo ao judaísmo. Devido à lógica racista, ele permanece »ariano«, apesar da conversão. Depois da lei familiar patriarcal, sua esposa judia, Julie, se torna alemã. Mais tarde, eles também são perseguidos.

A avó, Cecilie Rudnik, administra uma empresa familiar na *Neue Friedrichstraße 77*. Quando ela é expropriada e perde seus negócios, a família não é apenas perde sua cidadania, assim como vem à falência.

Devido à legislação nacional-socialista, Anna não pode mais frequentar a escola, além de não poder completar um curso técnico. Seu desejo de se tornar uma enfermeira pediátrica, que inicialmente parece possível em um orfanato judeu, é frustrado pelo fechamento de todas as instituições judaicas. Devido à expropriação dos negócios da família, Anna também não pode receber educação alguma. Com o início da deportação dos judeus, a perseguição da família continua a aumentar: Anna, seu tio e sua avó vão à clandestinidade em 1942. Seu médico, o egípcio Mohamed Helmy, que mora em Berlim, ajuda a família em um esconderijo e os fornece comida. Logo mais, Anna passa a viver na clínica do médico. A adolescente não consegue completar sua graduação desejada como enfermeira pediátrica, mas escondida na clínica ela ainda consegue realizar este trabalho de alguma forma. → Quem é um perigo para quem ?!

Dr. Helmy usa seus contatos com outros imigrantes egípcios com o objetivo de que Anna Boros consiga fugir da Alemanha. Ele organiza a conversão de Anna ao Islã com a ajuda de seu amigo Dr. Kamal El-Din Galal, Secretário Geral do *Islamischen Zentral-Instituts zu Berlin*. Outro amigo, o músico de jazz Abdel Aziz Helmy Hammad, concorda em se casar com Anna, que agora é conhecida pelo nome muçulmano Nadja, sob a lei islâmica (Sharia). Após o reconhecimento de seu casamento pelas autoridades alemãs, ela obteria a cidadania egípcia de seu marido e poderia deixar a Alemanha - pelo menos esse é o plano. Mas as autoridades não reconhecem o casamento. A tentativa de Dr. Helmy de adotar Anna também falha. Depois de o esconderijo na clínica em Moabit se tornar muito perigoso, Dr. Helmy esconde Anna em sua casa de jardim em Berlim-Buch.

Anna sobrevive, mas mesmo após o fim formal do Nacional Socialismo não pode completar qualquer graduação na Alemanha e acaba emigrando para os EUA.

Otto Rosenberg

"E eu também resisti."

Imagem 1 + 2: O campo de trabalho forçado Berlin-Marzahn, Landesverband Deutscher Sinti und Roma Berlin-Brandenburg e.V., 2019 © Jolan Attia Cantzen

Otto Rosenberg nasceu em 1927 em Draugupönen, Prússia Oriental, e cresceu em Berlim. No verão de 1936, a *Gestapo* deportou o menino de nove anos e sua família para o campo de trabalho forçado de Berlin-Marzahn. Lá, ele teve que viver em condições desumanas, não podia frequentar a escola regular e teve que passar por ›investigações‹ e ›pesquisas‹ racistas. → Quem é um perigo para quem ?!

Aos 13 anos, Otto é forçado a trabalhar em uma fábrica de armamentos. Lá ele é denunciado em 1942 e transferido por suposta sabotagem para a prisão em Moabit, onde ele tem que passar quatro meses em confinamento solitário. De lá, ele é deportado para Auschwitz na primavera de 1943. Do onze irmãos, ele é o único que sobrevive.

Logo após o fim da guerra, Otto Rosenberg começou a trabalhar na política. Ele luta pela igualdade social dos Sinti e Roma e se torna uma importante voz do movimento pelos direitos civis. Em 1978 ele foi um dos co-fundadores da *Cinti Union Berlin*, a atual *Landesverband Deutscher Sinti und Roma Berlin-Brandenburg*, da qual se tornou presidente por muitos anos. Além disso, ele também é membro do *Zentralrates Deutscher Sinti und Roma*. Ele morre no ano de 2001 em Berlim.

»Ao lado do quartel da polícia, veio um quartel escolar, porque não podíamos mais frequentar a escola pública. Esse foi o fim para nós. Não nos foi permitido visitar a grande escola em Berlim-Marzahn, ao lado da igreja do bairro. Nós só tivemos um professor. Tínhamos várias aulas, mas apenas duas salas. Uma era para os pequenos. Apesar de termos recebido alguns livros de graça, tínhamos que pagar uma contribuição. Tínhamos um caderno de aritmética, um caderno para rascunho, um caderno de escrita, um livro de leitura e um livro de aritmética. Mais do que isso não tínhamos, era só. Também não aprendemos muito.«

Fonte: Otto Rosenberg (2012): *Das Brennglas*, S. 21

»O professor estava sempre estressado. Sim? E ele entrava e pegava o seu ponteiro e nos mostrava onde as tropas alemãs estavam agora. Mas onde estão as nossas tropas alemãs não nos interessava. E então ele ia até a esposa do fazendeiro, conversava com ela me dizia: ›Otto, certifique-se de eles copiem o que estou escrevendo no quadro.‹ E era só isso. (...) E lá também não se aprende nada.«

Fonte: Interview mit Otto Rosenberg, FU Berlin

»Desde àquela época, quando criança, eu já fui discriminado. Mas como criança a gente reflete isso de outra forma. E eu também me defendi das crianças que me discriminaram. Eu sempre fui pra escola de chinelos de madeira, suponho que era porque faltava dinheiro para calçados. E foi com esses tamancos de madeira que eu consegui ganhar respeito. Eles eram muito adequados para isso.

As crianças amarravam a pasta da escola na frente do peito. Assim elas brincavam de avião e nisso esbarravam em mim e me xingavam de ~~eigano~~ sujo e muito mais. Uma vez eu bati no filho de um policial com as minhas chinelas por conta disso.»

Fonte: Otto Rosenberg (2012): *Das Brennglas*, S. 15–16

Rudolph Douala Manga Bell

“...que esse terreno nunca mais seja pisado por alemães”.

Imagem 1: A família estendida de Bonamanga, no meio os cônjuges Emily e Rudolph Douala Manga Bell. © Archiv der Basler Mission

Imagem 2: Por ocasião de sua viagem a Berlim, três gerações da família Bonamanga visitando um amigo pastor, para defender seus direitos, 1902. © Gemeinfrei

Imagem 3: No distrito Wedding, em Berlim, a praça Nachtigalplatz em Manga-Bell-Platz é renomeada após lutas duradouras por comunidades diaspóricas e seus apoiadores. © Tahir Della

Rudolph Douala Manga Bell nasceu em 1873 em uma rica família de comerciantes. Ele é neto de um desses importantes líderes de família que fecharam um contrato com comerciantes alemães, o que mais tarde provará seu destino. A família mora em Douala, um distrito costeiro, o que é hoje Camarões, e entendem este acordo como sendo entre partes iguais. Alguns membros da família Bonamanga vão para escolas missionárias nos Camarões ou são enviados para a Alemanha ou Europa para fazer uma graduação. Afinal, eles também lucram com o comércio com os alemães. → ~~Não~~ Frustrar a ordem

Em Douala, Rudolph visita a primeira escola do governo estadual para crianças negras, fundada em 1887 pela administração colonial alemã. A partir de 1891 frequentou escolas na Alemanha, primeiro em Aalen (Württemberg), a *Volksschule* e depois a *Lateinschule*, depois em Ulm, o Ginásio. Após cinco anos, ele retorna a Camarões e atua como mediador entre a administração colonial alemã e a Douala.

Devido ao crescente deslocamento e expropriação da Douala, o trabalho forçado e as detenções arbitrárias pela administração colonial alemã e os argumentos racistas que os acompanham, Rudolph Douala Manga Bell se distancia cada vez mais do poder colonial alemão e depois se defende com vários meios. Em 1905 e 1910, juntamente com outros, ele dirigiu cartas e petições ao *Reichstag* alemão em Berlim, na esperança de que eles fossem levar a sua representação na »colônia« de forma mais séria. Quando isso falhou, ele contratou um advogado de Berlim. Em vez de obter justiça, em 1914 ele foi condenado por »alta traição« por »morte por enforcamento« e executado. Suas últimas palavras são:

»Sangue inocente vocês estão derramando [...] maldito sejam os alemães. Deus! Eu te imploro; Ouça a minha última vontade, que este chão nunca mais seja pisado por alemães.«

Rudolph Douala Manga Bell e seus colegas combatentes são celebrados em Camarões até hoje como heróis do povo.

»Educação Made in Germany«?

(»Bildung Made in Germany«?)

As escolas alemãs no exterior são um componente central da política cultural estrangeira. Em todo o mundo, as crianças ›alemãs‹ e ›nativas‹ são educadas de acordo com o currículo alemão.

Imagem 1: Escola Alemã em Tsumeb,> Sudoeste da Alemanha, atual Namíbia, início do século XX.
© Bildarchiv der Deutschen Kolonialgesellschaft, Universitätsbibliothek Frankfurt am Main

Imagem 2: Escola Internacional Alemã de Joanesburgo na África do Sul, 2018. © Savo Ceprnich

A primeira escola alemã no exterior abre em 1557 em Copenhague. Este movimento segue, inicialmente em outros países europeus e mais tarde, no final do século XIX, em nível mundial. Como elas são cada vez mais apoiadas financeiramente pelo Estado, a existência destas escolas depende do colonialismo, nazismo, guerras, altos e baixos e outros eventos políticos. Hoje existem 140 escolas alemãs no exterior.

›Alemães‹, que estão no exterior por razões profissionais ou particulares, têm seus filhos treinados lá de acordo com o sistema escolar e currículo da Alemanha. Desde a década de 1970, as escolas têm sido chamadas principalmente de ›escolas de encontros‹. Enquanto isso, as escolas também podem ser visitadas por alunos ›nativos‹ se nenhuma criança ›alemã‹ reivindicar o lugar. Pré-requisito para isso, é que um dos pais da criança fale bem o alemão e que a família tenha condições de pagar a mensalidade, que normalmente é alta para eles. Se as aulas para estudantes ›alemães‹ ou ›nativos‹ é realizada em conjunto ou separadamente depende, entre outras coisas, do respectivo acordo intergovernamental.

A *Deutsche Schule Kuala Lumpur* (DSKL) oferece aos estudantes apenas alemão e inglês, a língua nacional Bahasa Malaysia não faz parte do programa.

Embora a *Deutsche Internationale Schule Johannesburg* se esforce para que os estudantes ›apreciem [...] outras culturas e nacionalidades nas suas interações diárias, promovam o multilinguismo dos alunos e atuem como um centro de encontro intercultural‹, nenhuma das línguas nacionais indígenas é oferecida; O currículo inclui alemão, inglês, africâner e francês.

Na *Deutschen Evangelischen Oberschule Kairo*, as crianças ›egípcias‹ aprendem de acordo com o programa de estudos alemão e egípcio e recebem um comprovante de ensino médio de ambos os sistemas escolares. Para crianças ›alemãs‹, apenas o currículo alemão se aplica; O árabe é ensinado como uma terceira língua estrangeira depois do inglês e do francês e não é relevante.

O currículo da *Deutschen Schule Toulouse* afirma: »Um objetivo essencial do DS Toulouse é introduzir rapidamente seus alunos no entendimento e uso da língua francesa a fim de facilitar seu acesso ao país anfitrião e sua cultura«.

Como o encontro entre crianças ›alemãs‹ e ›nativas‹ é moldado difere de escola para escola. Enquanto na Alemanha a língua alemã é considerada como tendo um significado central para a ›integração‹, a política cultural externa alemã considera desnecessário aprender muitas línguas nacionais nas ›escolas de encontros‹.

Alguns estudantes de escolas alemãs no exterior respondem a esse pedido e trabalham como forças locais em missões diplomáticas alemãs e empresas internacionais. Outros são críticos: estudantes *brancos* relatam oportunidades perdidas e estudantes negros of color relatam racismo e discriminação. → ex-alunos do DSKL

›Crianças da RDA‹ da Namíbia (›DDR-Kinder‹ aus Namibia)

Na década de 1980, cerca de 400 crianças namibianas foram criadas de uma forma socialista na época da RDA. Como a futura elite da nação livre da Namíbia, eles devem reconstruir o país após a independência.

Imagem 1: Grupo IV na *Schule der Freundschaft* (Escola de Amizade) de Staßfurt, 1986. © Heinz Berg (www.schulederfreundschaft.de)

Imagem 2: Em frente *Kinderheim Jagdschloss Bellin* (orfanato), por volta de 1980. © Archiv Heinz Berg

De 1979 a 1989, crianças entre três e sete anos viajam para a RDA. Eles vêm de campos em Angola e na Zâmbia, que acolhem principalmente pessoas aliadas ao SWAPO na fronteira com a atual Namíbia. A *South West African People's Organization* (abreviada: SWAPO, em alemão: Südwestafrikanische Volksorganisation) luta pela independência da Namíbia e pela libertação do regime de apartheid da África do Sul, que naquela época ocupou a Namíbia. A SWAPO concorda com o governo da RDA, que crianças órfãs e carentes dos campos e filhos dos combatentes da SWAPO na RDA são trazidas para viver e serem escolarizadas em locais seguros. → E como foi na RDA?

As »crianças da RDA« crescem em um orfanato em Bellin e frequentam uma escola de educação geral (POS para o ensino secundário politécnico) em Zehna, onde são ensinadas em salas especialmente concebidas para elas. Mais tarde, esta escola oferece duas salas de aula para crianças da Namíbia e duas para os estudantes da RDA. As crianças da Namíbia são cuidadas e educadas por educadores namibianos e alemães. À medida que o número de chegada de crianças pequenas aumenta, a partir do ano letivo de 1985/86, as mais velhas vivem na *Schule der Freundschaft* em Staßfurt e frequentam o POS em Löderburg.

A vida cotidiana das crianças é bem organizada, elas têm muitas obrigações e devem seguir regras rígidas. Mesmo assim, elas se unem e desenvolvem sua própria língua: *Oshideutsch*, uma junção entre o alemão e Oshivambo, uma das muitas línguas faladas na Namíbia. Assim, eles podem se comunicar uns com os outros sem serem entendidos pelos pedagogos alemães ou aqueles que falam somente Oshivambo.

Após a dissolução da RDA e a independência da Namíbia, as »crianças da RDA«, como são chamadas hoje, são ›transferidas‹ para a Namíbia.

Não tome a Europa como exemplo (Das Europäische nicht als Vorbild nehmen)

Garotas negras em ›colônias alemãs‹ são educadas em escolas missionárias para servir nas casas dos colonos *brancos*. Sua resistência é re-interpretada por professores *brancos*.

Imagem 1: Os relatórios dos professores mostram que as meninas* estão lutando contra a injustiça e a opressão no sistema escolar colonial. © Jolan Attia Cantzen

Em ›colônias alemãs‹ Escolas são organizadas separadamente por ›sexo‹ e ›cor da pele‹. Meninas* negras são instruídas em ›salas de meninas*‹ e ›instituições para meninas*‹ com atividades que têm como propósito torna-las servas de famílias de colonos *brancos*, o que inclui: costura, crochê, tricô, bordado, cerzir, remendar e passar roupa. Elas também devem ser educadas em escolas missionárias para se tornarem »esposas cristãs, donas de casa e mães.« Percepções locais de estruturas familiares e sociais são substituídas pelo modelo de donas* de casa europeias e burguesas e é implementada uma ordem racista do sistema colonial integrado dentro dos orçamentos dos colonos: A meninas* Africanas são retiradas de suas famílias e estruturas sociais para trabalhar de domésticas* ou babás* em casa de famílias *brancas*. Só muito poucas meninas* negras terão acesso ao ensino superior colonial, o qual terá como objetivo treiná-las para os interesses da administração colonial.
→Frustrar a ordem

I. Curso

Leitura: Leitura de todas as conexões fonéticas no idioma nativo.

Escritura da leitura.

Contar de 1 a 20 na língua nativa.

Trabalho: Os primórdios da costura, como escorço, pesponto, ponto fixo, ponto hem, ponto de overwind.

Correspondente às escolas dos meninos, seis cursos também foram fornecidos para a educação das meninas*. O material foi distribuído de tal forma, que as meninas* que saem da escola depois de completarem os três primeiros cursos, levem consigo o aprendizado mais importante e necessário para uma mulher, ou seja, consertar as roupas e saber fazer roupas simples. Só a partir do quarto curso se aprende alemão, que então realmente deve ser falando e praticado. As instruções para escrever cartas e registros em alemão podem ser omitidas, pois fazê-lo em idioma nativo é suficiente para uma mulher. As contas também devem ser praticadas apenas no idioma nativo.*

gez. Präfekt Schöning.

Imagem 2: Extrato do currículo da escolas para meninas*, Missão Católica Steyler no Togo, 1910.
© Staatsarchiv Bremen - 7,1025-39 / 1

Educação e empoderamento (Bildung und Empowerment)

Usando como exemplo o *Each One Teach One* e a *Interseccional Pedagogy Initiative*: o EOTO é fundado em 2012 pela *Black Community*, e o I-Päd em 2011, por pedagogos of Color. Ambos os projetos promovem o empoderamento dos alunos no contexto da educação.

Imagem 1: Legenda: Na biblioteca, adolescentes negros encontram livros sobre assuntos que se baseiam em seus conhecimentos e saciam sua sede de conhecimento. © EOTO 2018

O nome *Each One Teach One* (EOTO) foi criado no contexto de movimentos de resistência negros e anti-racistas. O povo escravizado não tinha acesso às escolas e, em geral, o colonialismo restringia o acesso à educação básica e superior para crianças e adolescentes negros. Desde então, o conhecimento era transmitido dentro da família e da comunidade negra em si. Este é o ponto de partida para o conceito EOTO.

A biblioteca está no centro das numerosas atividades do projeto EOTO de Berlim. Ela contém romances de autores afrodiaspóricos, trabalhos sobre colonialismo e resistência, livros que analisam o racismo, além de livros infantis. Como uma biblioteca de bairro, é um local de aprendizado e encontros.

Um objetivo importante da EOTO é fortalecer e capacitar a juventude negra. Na *Black Diaspora School* (BDS), eles conseguem se encontrar e estudar juntos. Além do mais, este espaço possibilita que assuntos que (ainda) não são tratados na escola também sejam aprendidos. → Saraya Gomis

Com o seu conceito de centros de reclamações contra o racismo e a discriminação nas escolas, a *Black Diaspora School* ganha em 2015 o primeiro prêmio do projeto *Rassismus – nicht mit mir!* Do setor de Anti-Discriminação da Agência Federal.

Figura 2: Legenda: Um método que o i-Päd usa para dar uma visão geral de diferentes categorias, para explicar termos e visualizar a interseccionalidade, é o manequim "Deniz". © i-Ped

A Pedagogia Interseccional da Iniciativa (i-PÄD) é um projeto do Conselho de Migração de Berlin-Brandenburg. O i-Päd defende que diferentes realidades da vida também estejam representadas no trabalho educativo, para que crianças e adolescentes possam se encontrar nos materiais didáticos e retratar tanto a sua forma de viver, assim como a outras formas, como normal.

Toda pessoa tem uma identidade de gênero que é socialmente esperada. Estamos todos sujeitos a restrições - algumas pessoas são complacentes e, portanto, não as notam.

Todo ser humano tem uma visão de mundo. Talvez neste momento, neste lugar, seja uma crença dominante e, portanto, seja percebida como "neutra".

Todo corpo humano é diferente e especial em sua individualidade. Muitos veem os ideais sociais e as normas de aparência e gênero como uma limitação e não como um enriquecimento.

Todo ser humano tem uma certa idade e vivenciará discriminação por ser "jovem demais" ou "velho demais" em algum momento de sua vida.

Só porque não vivenciamos alguma forma de discriminação, não significa que ela não exista. Não existem pessoas neutras! Discriminação é um tópico que diz respeito a todos!

O i-PÄD trabalha com o princípio de que todas as identidades são valiosas e merecem ser representadas positivamente. Queremos proporcionar jovens e crianças um sentimento de auto-estima estável. Realizamos workshops para educadores e assistentes sociais afim de fornecer ferramentas para ajudar os seus homólogos no seu desenvolvimento e contribuir para uma maior aceitação da diversidade. → Tuğba Tanyılmaz

Protesto contra as ›salas de aulas de boas-vindas‹ (Protest gegen die ›Willkommensklassen‹)

O *Romano-Bündnis* é fundado em 2013 por Berliner Rroma-Selbstorganisationen e iniciativas de ativistas individuais para protestar contra a reintrodução da escolarização segregada pelo Senado de Berlim, entre outras causas.

Imagem 1 e 2: Debate entre representantes da *IniRromnja* e do *Rroma Informations Centrum* e o então Comissário de Integração do Estado de Berlim, Monika Lücke, por ocasião da *Berliner Aktionsplan zur Einbeziehung ausländischer Roma*, 2013. © Nihad Nino Pušija

Nosso objetivo é agregar nossos próprios recursos e competências tornar possível que a atuação para as comunidades, venha das próprias comunidades. Quando protestamos contra a reintrodução da educação segregada pelo Senado de Berlim, a Aliança inclui o *IniRromnja*, o *Rroma Informations Centrum* e o *Rroma Aether Klub Theater*. → Direitos iguais para todos?!

Como aliança, criticamos as chamadas ›salas de aula de boas-vindas‹, que também são chamadas de ›salas de aula de Roma‹ em Berlim-Neukölln. No *Berliner Aktionsplan zur Einbeziehung ausländischer Roma* (Plano de ação de Berlim para a inclusão de Roma estrangeiros) no Senado de Berlim, a separação escolar das crianças é justificada. É por isso que o chamamos de: *Berliner Aktionsplan gegen die Einbeziehung von Roma* (Plano de Ação contra a inclusão dos Roma de Berlim). O nosso objetivo, que é manifestado através de protestos, é requerer a inclusão de todas as crianças. Em vez de criar turmas separadas, as escolas precisam ter pessoal e regulamentação melhores para atender às exigências de uma escola diversificada. Crianças que vierem recentemente como imigrantes, podem ser apoiadas com uma carga adicional de aulas de idiomas, de acordo com suas necessidades.

Imagem 3: Logo da *IniRromnja*

A *IniRromnja* é uma associação criada por Roma e Sinti de Berlim. Não queremos mais aceitar que a rejeição, a hostilidade e a violência contra nós sejam mantidas em segredo, banalizadas ou justificadas. Estamos comprometidos em nomear e combater todas as formas de racismo contra Sinti e Roma. Acima de tudo, nossas ações se concentram em empoderamento mútuo, solidariedade e apoio. Tomamos posições das perspectivas Roma e Sinti, mas não executamos uma política de representatividade, falamos em vozes múltiplas.

Imagem 4: Logo do *Rroma Informations Centrum e.V.*

O *Rroma Informations Centrum e.V.* foi fundado em agosto de 2011. As nossas críticas se baseiam no fato, de que até hoje as questões dos Roma são tratadas, na maioria das vezes, de uma perspectiva não-Roma. Nós nos contrapomos a isso, através do incentivo de um trabalho que seja auto-determinante. Queremos contar e moldar nossa história por conta própria. O centro fornece uma plataforma para os ativistas Roma fazerem com que nossas vozes sejam ouvidas. O objetivo da associação é destacar a diversidade de perspectivas dos Roma em assuntos como política, educação, arte e cultura.

Imagem 5: Logo do *Rroma Aether Klub Theater*

O *Rroma Aether Klub Theater* existe desde 2006. Nós exploramos as tradições artísticas dos Sinti e Roma. Também lidamos com obras literárias mundiais, nas quais Sinti e Roma são ou poderiam aparecer como protagonistas. A necessidade de se criarmos um espaço próprio, baseia-se na experiência de sermos constantemente percebidos e tratados como o “outro” da sociedade. O teatro consegue seu espaço próprio em 2011, mas é fechado devido à gentrificação. Mesmo assim, o trabalho interno ainda continua.

Ações em prol da educação igualitária (Aktionen zu gleichberechtigter Bildung)

Tomando como exemplo o *Jugendliche ohne Grenzen* (JoG): A auto-organização é fundada em 2005 como uma associação nacional de jovens refugiados que advogam em prol de seus interesses próprios.

Imagem 1: Campanha de cartazes para a Conferência dos Ministros de Interior em Koblenz, Rheinland-Pfalz, 2015. © Jugendliche ohne Grenzen

Imagem 2: Foto do grupo após a Gala na conferência dos ministros de interior em Halle, Sachsen Anhalt, 2018. © Jugendliche ohne Grenzen

Nosso trabalho segue o princípio de que os afetados têm sua voz própria e não precisam de uma política substituta. Nós decidimos por nós mesmos sobre nossas ações e como as realizamos.

Nossos objetivos são:

- Um generoso direito de ficar para todos
- A implementação incondicional dos direitos das crianças na ONU
- Equiparação de refugiados com os habitantes locais, especialmente na educação e no mercado de trabalho
- A legalização de pessoas sem documentos
- O direito de retorno aos amigos deportados!

Ação: *BILDUNG(S)LOS!* - Incondicional e Ilimitada também para refugiados

Imagem 3 e 4: Comício e ação de protesto *Bildungslotterie* (Loteria educativa) no início da Campanha *Bildung(s)Los* em frente ao secretariado da Conferência Permanente de Ministros da Educação em Berlim, 2012. © Jugendliche ohne Grenzen

Para cerca de 170.000 refugiados, incluindo 47.000 crianças e adolescentes, existem barreiras legais no sistema educacional devido ao seu status de residência. Elas variam de discriminação indireta até proibições de estudar e se graduar. → Direitos iguais para todos?!

Em resposta a isso, os *Jugendliche ohne Grenzen* iniciam a campanha *BILDUNG (S) LOS!* em 2012, na ocasião da Conferência de Ministros da Educação. - *Grenzenlos Bedingungslos auch für Flüchtlinge*.

Nós exigimos:

- Suporte no aprendizado de idiomas para todos, desde o início
- o direito de obter um certificado de conclusão escolar
- um direito ao suporte para a realização de uma graduação, desde o início
- a abolição de proibições de estudo, trabalho e treinamento
- Igualdade de acesso à educação e apoio a migrantes indocumentados
- uma escola sem segregação
- a abolição da *Asylbewerberleistungsgesetzes* (Lei de Benefícios para Requerentes de Asilo).
Aqueles que vivem em campos de refugiados estão abaixo do nível de subsistência vivem em confinamento e isolamento - aprender algo ou fazer contatos se torna praticamente impossível
- Acabar com os obstáculos à educação, que vem da restrição da liberdade de circulação - acabar com as exigências de residência fixa.

Ação *Mein Zeugnis für Merkel*

Imagem 5: Logo da ação *Mein Zeugnis für Merkel*, 2014. © Jugendliche ohne Grenzen

Como parte da Campanha *Bildung(s)Los*, realizamos em 2014 a ação *Mein Zeugnis für Merkel*. Apesar de ter uma boa frequência escola, muitos jovens são deportados. Nosso objetivo com a ação, é que eles recebam o direito permanente de residência. Nós coletamos 130 boletins escolares de jovens com status de residência incerto no país, e enviamos uma carta para a chanceler Angela Merkel: »Aqui está o meu boletim, por favor me envie uma permissão de residência.«

Ação Cartões postais: *Nah Dran! BAföG und BAB*

Imagem 6 + 7: Cartão postal da ação *Nah Dran! BAföG und BAB*, 2014. © Jugendliche ohne Grenzen

Em 9 de outubro de 2014, o Parlamento Federal delibera pela primeira vez um projeto de lei, segundo o qual crianças e adolescentes em espera e refugiados reconhecidos com permissão de residência podem solicitar financiamento estudantil após um período de espera de 15 meses, a partir do outono de 2016 - »Mas não é válido para refugiados com apenas uma permissão de residência«.

Nós exigimos:

- O direito à financiamento estudantil através do BAB e BAföG desde o começo e já!
- A não exclusão de pessoas que ainda estão no processo de asilo!

Ações contra a deportação de alunos (Aktionen gegen die Abschiebung von Schüler*innen)

Tomando como exemplo o *Roma Center*: a auto-organização foi fundada em Göttingen em 2006, a fim de alcançar o direito irrestrito de residência, participação social e educação para todas as crianças.

Imagem 1: Demonstração contra deportações de famílias Roma em Göttingen, 2015. © Alle bleiben!

Imagem 2: Solidarity4all - contra o campo de exclusão e de deportação! Acampamento de protesto em Bamberg, 2016. © Alle bleiben!

Imagem 3: Dia Mundial da Criança em Bad Dürkheim, 2017. © Alle bleiben!

Anti-discriminação, educação política, empoderamento e participação ativa são nossas principais áreas de ação. Para o trabalho de educação política contra a discriminação, fazemos nossos próprios filmes, realizamos projetos de teatro e publicamos textos sobre vários temas. Nós estamos na *Roma Antidiscrimination Network* (RAN) e conectados na mídia digital e social. Como *Roma Center*, trabalhamos em conjunto com outras organizações e iniciativas a nível local, nacional e internacional.

Em 2009, nós demos vida à campanha *Alle bleiben!*. Através disso, requeremos o direito irrestrito de residência para a sociedade Roma e queremos informar o público através de ações e eventos em todo o país. Queremos mobilizar o maior número de pessoas possível, porque somente juntos podemos alcançar nossos objetivos. Temos que nos tornar ativos em toda a Alemanha! Junte-se!

A campanha *Zukunft für Alle - Schule ohne Abschiebung* des *Roma Centers* e a iniciativa *Alle bleiben!* apela para que o direito à educação seja implementado para todas as crianças e adolescentes que vivem na Alemanha. Para isso, desenvolvemos conceitos para transformar escolas em locais solidários, onde os jovens podem aprender sem medo. Os estudantes devem ser incentivados a apoiar as crianças em idade escolar que são ameaçadas de deportação, deve ser criada uma certa visibilidade pública e as deportações das escolas devem se tornar visíveis porque: Todas as crianças têm direito à educação! → Direitos iguais para todos?!

Direito à livre escolha de profissão (Recht auf freie Berufswahl)

Tomando como exemplo a professora Fereshta Ludin: ela sofre discriminação com base em seus antecedentes, religião e gênero. Quando as escolas estaduais não a acolhem, ela vai ao tribunal.

Imagem 1: Fereshta Ludin em Berlim, 2015. © Daniel Gerlach

Imagem 2 e 3: © Soufeina Hamed

Após ter adquirido um diploma terminado um estágio com sucesso, a professora Fereshta Ludin do Ministério da Educação de Baden-Württemberg recebe uma mensagem: Apesar de muito boas realizações profissionais, ela não tem permissão para trabalhar em escolas públicas porque não possui a »aptidão pessoal«. O ponto de controvérsia é seu lenço de cabeça: se ela o tira, ela pode ensinar, se ela o veste, não pode. Em contraste, os símbolos cristãos e o hábito de freiras são permitidos nas escolas.

Mesmo antes do início e no decorrer de sua formação como professora, ela é repetidamente questionada sobre seu lenço. Ela explica por que ela usa e que ela não seria ela mesma, caso tivesse que tirar o lenço. Mas de qualquer forma, isso está fora de questão para ela. Para alguns, esta explicação é suficiente. Eles só estão interessados em suas habilidades profissionais e educacionais. Outros dizem que ela se faz diferente, não é um bom modelo para as crianças e que o lenço é um símbolo político que não deve estar nas escolas.

Fereshta Ludin não se contenta em não poder exercer sua profissão. Ela se opõe ao direito de outras pessoas poderem decidir o que o véu significa para ela e de estas pessoas acharem que podem julgá-la por isso. Em 2000, ela processa e perde o processo. Ela apela, passa por todas as instâncias, até que em 2003, ela finalmente recebe seus direitos pelo Tribunal Constitucional Federal: A decisão de não a permitir de dar aula não estava correta. No entanto, o Supremo Tribunal não diz que os professores estão autorizados a usar um lenço de cabeça, só que não há lei que os proíba. → Fereshta Ludin

Após esta decisão, alguns estados federais emitem regulamentações sobre os lenços de cabeça. Onde os muçulmanos não têm permissão para trabalhar, eles reclamam e exigem seus direitos fundamentais para a liberdade de escolha da profissão e livre exercício da religião. Em 2015, será emitida uma sentença do Supremo Tribunal Federal que obrigará todos os estados federais estarem de acordo: Uma proibição geral de véu para professoras em escolas públicas não é permitida. Afinal, a República Federal é um estado secular (e não laicista): a liberdade religiosa é protegida pela Lei. O Tribunal Constitucional Federal informa:

»A neutralidade ideológico-religiosa oferecida ao Estado não deve ser entendida como um distanciamento no sentido de uma separação estrita da igreja e do Estado, mas como uma atitude aberta e abrangente que promove a liberdade de crença para todas as confissões. Isso também se aplica às áreas escolares que estão sobre o poder do estado. A mera visibilidade da afiliação religiosa ou ideológica de professores individuais não é facilmente descartada pela neutralidade ideológica e religiosa do Estado. «

Toni Morrison

“A função essencial do racismo é a distração. Ela lhe impede de fazer o seu trabalho e lhe mantém explicando as razões da sua existência. Alguém diz que você não tem uma língua, e você passa 20 anos tentando provar que tem. Alguém diz que sua cabeça não é bem formada, então os cientistas trabalham para provar que não é o caso. Alguém dizer que você não tem arte, então você traz a arte à tona. Alguém diz que você não tem reinos, então você os traz à luz. Mas nada disso é necessário, porque sempre terá mais alguma coisa por vir”.

Toni Morrison, 1975

Notas:

- As formas de escritas: *brancos* e *negros*, indicam que estamos falando de posicionamentos sociais com consequências reais.
- O asterisco (*) usado nas palavras que definem gênero, tem como objetivo dar abertura para diversidade de identidades de gênero, proporcionando a liberdade de escolha dos próprios indivíduos de se identificarem ou não com um certo gênero que lhes é atribuído.
- A exposição não é livre de barreiras, mas estamos lutando pela diminuição destas barreiras. Portanto, qualquer dica sobre possíveis correções e mudanças são muito bem vindas.